

PRINCIPAIS DISCUSSÕES TRIBUTÁRIAS

1. Inconstitucionalidade dos juros de mora cobrados no Estado de São Paulo - limitação à taxa SELIC

Público-alvo: Empresas com débitos de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não.

2. Exclusão do ICMS e ISS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS

Público-alvo: Empresas do lucro real ou presumido que sejam contribuintes do ICMS e/ou ISS

3. Exclusão do ICMS e ISS da Base de Cálculo da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)

Público-alvo: Empresas do lucro real ou presumido que sejam contribuintes do ICMS e/ou ISS e que estejam/estiveram no regime da desoneração da folha de pagamento

4. Exclusão do ICMS e do ISS da Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL para empresas do lucro presumido

Público-alvo: Empresas do lucro presumido que sejam contribuintes do ICMS e/ou ISS

5. Não incidência do PIS e COFINS sobre receitas financeiras

Público-alvo: Empresas do lucro real que auferem receitas financeiras

6. Não incidência do PIS e COFINS e isenção do ICMS sobre vendas realizadas para a Zona Franca de Manaus

Público-alvo: Empresas que realizam venda para a Zona Franca de Manaus

7. Não incidência do PIS e COFINS sobre crédito presumido de ICMS

Público-alvo: Empresas do lucro real que se creditam do crédito presumido de ICMS

9. Não incidência da Contribuição Previdenciária sobre "stock options" concedidos aos empregados

Público-alvo: Empresas que concedem "stock options" (opções de ações) aos empregados

10. Inconstitucionalidade das contribuições ao INCRA e SEBRAE após a Emenda Constitucional 33/2001

Público-alvo: Empresas com FOPAG (Folha de Pagamento) alta

11. Inconstitucionalidade da Contribuição Social ao FGTS (10%) em caso de demissão sem justa causa

Público-alvo: Empresas com alta rotatividade e demissão de empregados

12. Não incidência do PIS sobre a folha de pagamento das entidades beneficentes

Público-alvo: Entidades beneficentes

13. Inconstitucionalidade da Contribuição Previdenciária de 15% na contratação de cooperativas de trabalho

Público-alvo: Empresas contratantes de cooperativas de trabalho

14. Exclusão do valor da capatazia da base de cálculo do II, IPI, PIS, COFINS e ICMS incidentes na importação

Público-alvo: Empresas importadoras

15. Inconstitucionalidade do adicional da COFINS-importação (adicional de alíquota)

Público-alvo: Empresas importadoras sujeitas ao adicional da COFINS-importação

17. Não incidência do ICMS sobre demanda contratada de energia (reserva de demanda não consumida)

Público-alvo: Empresas que realizam a contratação de reserva de demanda de energia

18. Exclusão das tarifas TUSD e TUST do ICMS incidente na energia elétrica

Público-alvo: Empresas comerciais e prestadoras de serviços com alto consumo de energia elétrica

19. Crédito de PIS e COFINS sobre partes, peças, serviços de manutenção e despesas essenciais para a atividade-fim da empresa (conceito de insumo)

Público-alvo: Indústrias que apuram o PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo

20. Não incidência do ICMS sobre os Contratos de Arrendamento Mercantil Internacional

Público-alvo: Empresas contribuintes que praticam operações envolvendo Arrendamento Mercantil Internacional, com exceção da hipótese em que manifesta a opção de compra antecipada, quando caracterizada a transferência efetiva de propriedade da mercadoria

21. Inconstitucionalidade da Contribuição Previdenciária sobre as receitas de exportação indireta das agroindústrias

Público-alvo: Agroindústrias que exportam por meio de *trading companies*

22. PAT – Ilegalidade da fixação de limites para dedução do Programa de Auxílio ao Trabalhador

Público-alvo: Empresas do lucro real que sejam participantes do PAT

23. REINTEGRA - apuração e aproveitamento do crédito residual de exportação

Público-alvo: Empresas exportadoras

24. REINTEGRA - direito sobre as vendas realizada para a Zona Franca de Manaus

Público-alvo: Empresas exportadoras que realizam vendas para a Zona Franca de Manaus

25. REINTEGRA - inaplicabilidade da redução do crédito para os anos de 2015 e 2018 por ofensa ao princípio da anterioridade

Público-alvo: Empresas exportadoras

26. IRPJ/CSLL por estimativa - inconstitucionalidade da restrição de compensação para o ano de 2018

Público-alvo: Empresas que apuram o IRPJ pelo lucro real por estimativa